

A direita cristã e o voto religioso nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos ¹

Luiza Rodrigues Mateo²

As eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos foram paradigmáticas em vários sentidos. Mesmo em meio à pandemia de COVID-19, que teve neste país sua expressão mais severa em número de casos e mortes, o comparecimento às urnas bateu seu recorde histórico. O volume de americanos recorrendo ao voto antecipado por correio e comparecimento à urna no dia três de novembro é reflexo de um país polarizado. Joe Biden e Donald Trump foram a representação não somente da clássica competição bipartidária entre democratas e republicanos, mas de visões muito distintas do que é e do que deveria ser a “América”. O posicionamento antagônico dos candidatos quanto a tensões sociais advindas do racismo estrutural e da brutalidade policial contra populações negras e latinas, ou a permissividade quanto aos movimentos supremacistas brancos e a xenofobia escancarada, são exemplos claros de uma nação dividida.

Após o lento e fragmentado processo de apuração de votos no sistema indireto de colégio eleitoral, e em face do questionamento da própria legitimidade das eleições, o resultado final foi favorável ao democrata. Biden venceu com 306 votos no colégio eleitoral, contra apenas 232 delegados de Trump, tendo sido o presidente que mais recebeu votos na história dos Estados Unidos. No entanto, ao analisar os números absolutos de votos registrados, nota-se que a diferença entre ambos foi de apenas sete milhões de votos, numa proporção acirrada de 51,3% de votos para Biden contra 46,9% de votos para Trump.

A pequena margem na vitória democrata de 2020 indica a continuidade da importância política de Trump e do trumpismo, inclusive para o futuro do Partido Republicano. As tendências recentes de adesão popular ao *Grand Old Party* (GOP) se mantiveram e se aprofundaram: Trump recebeu majoritariamente o voto de homens, idosos, brancos, com menor nível de escolaridade e residentes no interior do país. As divisões geográfica, etária, racial, de gênero e educação formal se somam a outra dinâmica também relevante, o chamado *God Gap*:

¹ Reflexão desenvolvida a partir da palestra “A mobilização política da Direita Cristã e as eleições de 2020 nos Estados Unidos” proferida na XVII Semana de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (Marília, novembro de 2020).

² Doutora em Relações Internacionais pelo PPGRJ San Tiago Dantas, professora no curso de Relações Internacionais e no Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

o apoio dos conservadores religiosos e principalmente daqueles que frequentam os serviços religiosos com maior frequência.

A despeito de nítidas contradições entre a agenda moral dos movimentos conservadores americanos com a vida pessoal Trump, destaca-se a fidelidade da chamada direita cristã ao Partido Republicano, e ao próprio trumpismo. Buscaremos nesse capítulo refletir sobre o papel político-eleitoral da direita religiosa e do voto religioso nos Estados Unidos, com ênfase na corrida presidencial de 2020. Nosso objetivo é lançar luz sobre os padrões de mobilização, as principais pautas e comportamento político desta que segue como força singular na mobilização ao voto, no conservadorismo estadunidense, e no próprio Partido Republicano.

A direita cristã e a mobilização do voto religioso

A direita cristã pode ser considerada a conjunção de ativistas religiosos dispostos a defender pautas conservadoras-morais, que começaram a atuar na cena política estadunidense dos anos setenta. Na década anterior, grandes mudanças sociais, como o fortalecimento de movimentos feminista, de contracultura, antiguerra, a expressão da nova esquerda nos campi universitários americanos, entre outros, mobilizaram uma contrarreação pela “retomada dos valores tradicionais da família americana”.

Assim, não se trata de um partido, organização ou movimento com liderança e pautas unificadas, mas da articulação tática entre evangélicos conservadores, fundamentalistas protestantes, ou católicos de direita dispostos a lutar contra o avanço liberal e progressista, defendendo legislações e apoiando candidatos conservadores nos níveis local, estadual e nacional. Seu amálgama é o receio de que os valores cristãos da sociedade americana estejam sob ameaça do secularismo (HAYNES, 2021).

Algumas agendas aglutinaram a luta contra o “declínio moral da América” ao longo da história: a revolução sexual, o direito ao aborto e eutanásia, ou mesmo o crescimento da indústria pornográfica. Posteriormente, as pesquisas com células tronco, a conquistas de direitos LGBTQ+ e, principalmente, o direito da oração nas escolas e manifestações públicas da fé – enquadradas nas premissas da liberdade religiosa (MARSDEN, 2008).

Dois marcos da articulação da direita cristã foram a oposição à mudança constitucional que aboliu a discriminação de gênero, o *Equal Rights Amendment* (de 1972), e o caso *Roe vs. Wade* julgado pela Suprema Corte em 1973, garantindo o direito ao aborto. Ao final da década de setenta, surgem importantes iniciativas em defesa dos temas morais, como a *Christian Action*

Coalition, Religious Roundtable, Moral Majority, Christian Voice, American Family Association, Focus on the Family, ou Concerned Women for America, para citar as mais influentes. Assim, atuam através de “mobilização de base” e de campanhas de *advocacy*, do *lobby* articulado em Washington DC (sobretudo junto ao Capitólio) e de *think tanks* (a exemplo da *Heritage Foundation*). A capilaridade da direita cristã se deve tanto aos elevados níveis de filiação religiosa (sobretudo entre evangélicos), como à grande presença midiática, originada com programas de rádio e televisão como o *Old Time Gospel Hour* de Jerry Falwell ou o *The 700 Club* de Pat Robertson.

A direita cristã continua sendo um ator central na chamada “guerra cultural” em que os polos liberal e conservador disputam pautas sociais como políticas de controle de natalidade. Para além do interesse dos conservadores cristãos pela política, também se consolida seu nível de comprometimento partidário (WILLIAMS, 2010). Cresce a relação profunda com o Partido Republicano, que colherá os primeiros frutos na eleição de Ronald Reagan, em 1980.

A *Moral Majority* de Falwell teve um papel importante para a mobilização dos conservadores religiosos em torno da candidatura de Reagan, moldando uma visão para a direita cristã que permanece forte até hoje (FEA, 2018). A confluência entre movimentos (neo)conservadores distintos – nos campos moral, político e econômico – é a estrutura da chamada nova direita americana (FINGUERUT, 2009). Também no plano local, as lideranças da direita cristã operam dentro do partido Republicano, pressionando congressistas a partir de suas bases eleitorais.

Nos ciclos eleitorais seguintes, a direita cristã manteve sua relevância. Como o voto nos Estados Unidos é facultativo, um elemento crucial para entender os padrões de comportamento político é a mobilização para as urnas. E dentre as principais tendências do voto religioso, há dois claros comportamentos eleitorais que se destacam pela estável adesão aos candidatos republicanos: o voto dos evangélicos brancos (*white evangelical protestants*) e o voto daqueles que frequentam a igreja regularmente (*church attendance*).

No início do século XXI, 60 milhões de americanos (em torno de 20% da população) se identificaram como membros ou simpatizantes da direita religiosa (MEAD, 2007, p.111-12). Recentemente, destaca-se a composição dos votos para George W. Bush, que recebeu o aval de 68% dos evangélicos brancos em 2000 e 78% na sua reeleição, em 2004. Cresceu de maneira significativa, também, a bancada religiosa em ambas as casas do Capitólio, que avançou de 10% dos congressistas em 1970 para 25% em 2004.

Nos ciclos posteriores, apesar das derrotas republicanas para Barack Obama, o GOP ainda foi amplamente apoiado pelos evangélicos brancos, que conferiram 73% dos votos para John McCain em 2008 (THE PEW FORUM, 2010) e 79% dos votos para Mitt Romney em 2012 (THE PEW FORUM, 2012). Ainda que a influência da direita cristã tenha diminuído durante o governo Obama, a vitória de Trump marcou seu retorno para o palco político nacional (BETTIZA, 2019).

A corrida pela Casa Branca em 2016 foi amplamente influenciada pelo apoio da direita cristã à Trump, que recebeu apoio explícito de líderes influentes como James Dobson (*Focus on the Family*), Tony Perkins (*Family Research Council*), Ralph Reed (*Christian Coalition*), Jerry Falwell Jr. (*Liberty University*). Recebeu também 77% dos votos de evangélicos brancos, enquanto apenas 16% votaram para Hillary Clinton. Segundo pesquisa de opinião do *Pew Forum*, daqueles que frequentam a igreja frequentemente (ao menos uma vez na semana) aproximadamente 58% votaram para Trump, e apenas 38% para Hillary. No sentido inverso, dentre os que afirmaram nunca participar de serviços religiosos, Hillary Clinton recebeu 61% dos votos contra 30% para Trump (THE PEW FORUM, 2018).

Nas eleições de 2020, o apoio do bloco religioso seguiu padrão similar. Segundo levantamento do Gallup, Trump recebeu entre 76% a 81% dos votos de evangélicos brancos, enquanto apenas 18% a 24% votaram para o candidato democrata Joe Biden (NEWPORT, 2020). O desempenho de Trump, no entanto, não foi tão expressivo dentre outros grupos demográficos, sobretudo os protestantes negros e católicos hispânicos, além de judeus, agnósticos e ateus que preferiram o Partido Democrata por ampla margem (SMITH, 2020).

Cabe ressaltar que, as eleições indiretas no sistema de colégio eleitoral acentuam a importância do voto de determinados grupos demográficos, em função de sua concentração em alguns estados com maior peso relativo no somatório dos 538 delegados. O bom desempenho de Trump nos estados do *Sun Belt* foi alavancado, principalmente, pelo voto religioso: o apoio de evangélicos brancos a Trump foi de 82% na Flórida, 89% na Geórgia, 86% na Carolina do Norte e 82% no Texas, por exemplo (RUBIN, 2020).

Biden, por outro lado, contou com a adesão do voto católico em estados decisivos como Pennsylvania, Michigan e Wisconsin. O desempenho do democrata junto ao eleitorado católico em 2020 (com 52% votando para Biden contra 47% para Trump), foi superior em relação ao ciclo de 2016 (quando 46% dos católicos votaram para Clinton, e 50% para Trump). As exceções foram o peso diferencial dos votos de católicos latinos para Trump em estados como a Flórida, por exemplo (RUBIN, 2020).

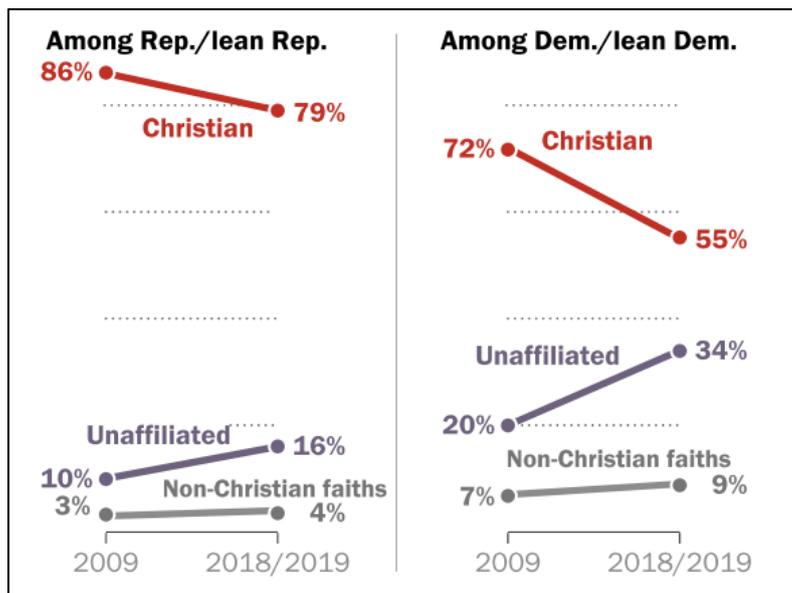
É importante mencionar, no entanto, que o voto religioso não é totalmente homogêneo. Nas eleições de 2020, importantes movimentos religiosos não apoiaram a candidatura republicana de Trump: é o caso da *National Association of Evangelicals*, maior organização evangélica dos EUA (HAYNES, 2021). Outros concederam, inclusive, apoio ao democrata, como os movimentos como Jerushah Duford, autora gospel e neta de Billy Graham que liderou o movimento *Pro-Life Evangelicals for Biden*, e outros movimentos como *Not Our Faith* e *Evangelicals for Biden*. A organização progressista *Vote Common Good* buscou arregimentar o voto religioso cristão contra Trump. Em outubro de 2020, uma carta de apoio ao democrata reuniu 1600 assinaturas de lideranças religiosas, sobretudo entre católicos, evangélicos e protestantes tradicionais (MATEO, 2020).

O que podemos concluir, desta maneira, é que o eleitorado religioso e sobretudo evangélico (amplamente mobilizado pela direita cristã) continua relevante na composição do voto nos Estados Unidos. Nos últimos trinta anos, os evangélicos ou renascidos cristãos (*born-again christians*) se mantiveram na estável na casa dos 40% da população americana (SMITH, 2020). Aproximadamente 60% dos evangélicos costumam votar, e destes três quartos votam constantemente no Partido Republicano. Em 2020, totalizaram 44% dos americanos registrados para votar (número superior a qualquer outro grupo demográfico).

A identificação dos religiosos com o GOP, como vimos é histórica e se deve às alianças forjadas no seio do conservadorismo americano. Quase metade dos evangélicos se identificam com o Partido Republicano (49%), enquanto um terço se considera independente (31%) e apenas 14% se identifica como democrata (JONES; COX, 2017, p.36-37). A única denominação religiosa que se aproxima deste nível de identificação partidária é o mormonismo, com 44% de fiéis autodeclarados republicanos, mas que não têm a mesma expressividade demográfica, compondo apenas 2% da população dos EUA.

Como ilustrado na figura abaixo, a polarização partidária em função do perfil religioso é clara, ainda que tenha se alterado na última década: os cristãos tendem a votar em candidatos republicanos, enquanto os não-religiosos tendem a votar nos democratas.

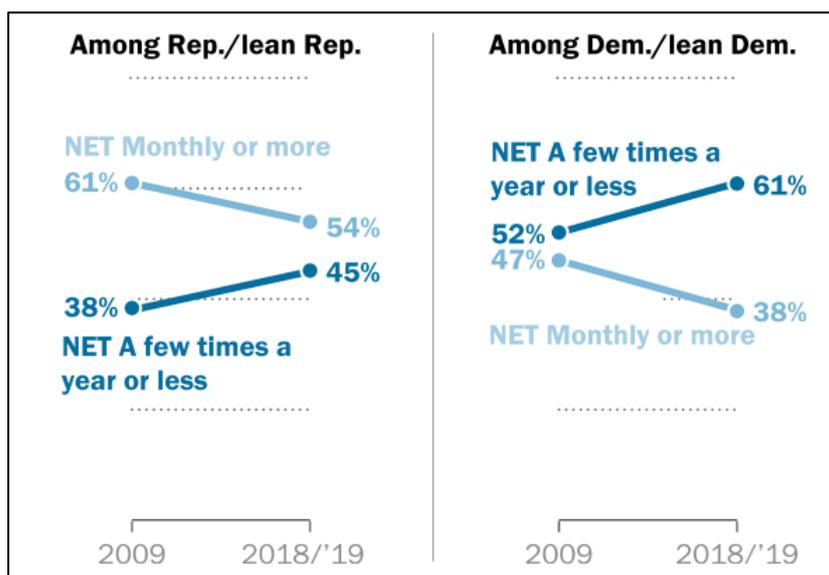
Figura 1: Perfil de identificação religiosa e partidária



Fonte: PEW RESEARCH CENTER, 2019, p.17

Do ponto de vista da regularidade da prática religiosa, o nível de adesão partidária é igualmente polarizado: os assíduos aos cultos religiosos tendem a votar no Partido Republicano, enquanto aqueles que frequentam raramente a igreja tendem a votar no Partido Democrata.

Figura 2: Regularidade da prática religiosa e identificação partidária



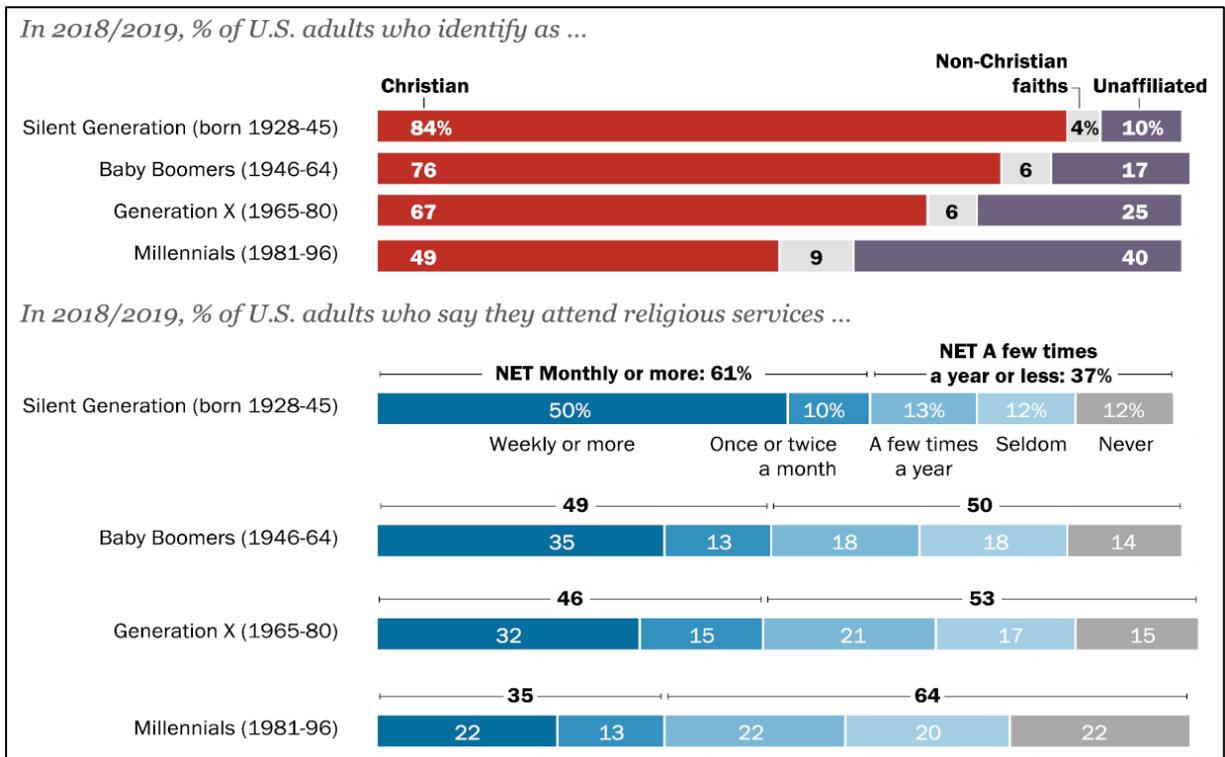
Fonte: PEW RESEARCH CENTER, 2019, p.17

As transformações identificadas pelas figuras acima sugerem refletir sobre o futuro impacto do voto religioso. Destaca-se, neste sentido, a queda significativa na filiação às dominações tradicionais nos EUA: ainda que a maioria dos americanos continuem se identificando como cristãos (65%), o volume representa uma queda de 12% em relação à última década. De maneira semelhante, o volume de americanos que se identificam como não-religiosos – entre ateus, agnósticos e os chamados “nones” (*nothing in particular*) – cresceu de 17% para 26% entre 2009 e 2019 (PEW RESEARCH CENTER, 2019, p.3).

As transformações ganham maior impacto quando cruzamos o perfil da religiosidade com as transformações demográficas nos Estados Unidos. Isso porque o padrão de “adesão religiosa” declinou sobretudo entre os mais novos: 38% dos americanos entre 18 e 29 anos se identificam como “nones” – em movimento decrescente conforme a faixa etária. Os dados compilados pelo *Public Religion Research Institute* indicam 26% de “nones” na faixa dos 30 aos 49 anos, 18% entre 50 e 64 anos, e 12% dos americanos acima dos 65 anos. No extremo oposto, a identificação como protestantes evangélicos brancos é maior conforme a faixa etária, perfilando 26% dos idosos acima dos 65 anos, 21% daqueles entre 50 e 64 anos, 14% dos 30 aos 49 anos e apenas 8% dos jovens na faixa dos 18 aos 29 anos (JONES; COX, 2017, p.11).

A figura abaixo transcreve esta mudança geracional que tende a impactar a relação entre a religião e os padrões de votação nos Estados Unidos. Apesar da capacidade de mobilização política que a direita cristã possa manter, a crise de identificação com as tradições cristãs, em particular junto à população mais jovem americana, tenderá a alterar efetivamente o espaço de ação do movimento conservador religioso.

Figura 3: A lacuna geracional na religiosidade americana



Fonte: PEW RESEARCH CENTER, 2019, p.8

Trump, a direita cristã e o nacionalismo religioso

O amplo apoio dos conservadores cristãos e da direita cristã a Trump mantém o padrão histórico de fidelidade ao Partido Republicano. Se diferencia, entretanto, na medida em que o magnata e showman, diferentemente de seus antecessores, nunca foi um exemplar representante da “moral e bons costumes”. Para além da vida pessoal de Trump, marcada pelos divórcios e escândalos, ele nunca demonstrou publicamente ser um “homem de fé” ou ter relações próximas com lideranças religiosas.

No entanto, a relação entre Trump e a direita cristã se consolidou em mútua dependência desde a eleição de 2016 e durante seu mandato presidencial. Trump foi considerado, assim, uma opção viável para defender os valores da direita cristã, num contexto de polarização política nos EUA. Nas palavras de James Dobson, importante líder evangélico e fundador do *Focus on the Family*, deveríamos nos preocupar mais com o futuro da América do que com o passado de Trump (MILLER, 2018, p.1).

Para Haynes (2021), esta relação se consolida na base da troca, visível principalmente com a nomeação de juízes conservadores para a Suprema Corte e com a defesa da liberdade religiosa. A recompensa ao apoio da direita cristã teria vindo com as nomeações dos juízes Neil Gorsuch, em fevereiro de 2017, Brett Kavanaugh, em outubro de 2018 e a polêmica nomeação de Amy Coney Barrett, já no fim do mandato presidencial em outubro de 2020. Com as três nomeações, a Suprema Corte dos EUA teria uma “maioria conservadora” assegurada (com seis juízes conservadores contra três considerados liberais). A expectativa em torno dessa composição era, por exemplo, que a Suprema Corte pudesse restringir o acesso ao aborto, revendo prerrogativas definidas nos anos setenta a partir do caso *Roe vs. Wade*.

Outra compensação importante foi a indicação de conservadores religiosos para cargos de alto escalão no governo trumpista, a exemplo do próprio vice-presidente Mike Pence, que se descreve como “um cristão, um conservador e um republicano – nessa ordem”. Destaca-se ainda a nomeação, em maio de 2018, do ex-Secretário de Estado Mike Pompeo, que afirma ter uma bíblia aberta em sua mesa de trabalho para guiar suas decisões. Além de William Barr, indicado para a Procuradoria Geral da República em janeiro de 2019, dentre outros nomes ligados à direita cristã em diversas posições da burocracia republicana (HAYNES, 2021, p.5)

Dos temas sociais que aglutinam esforços entre religiosos conservadores nos Estados Unidos, é justamente a defesa da liberdade religiosa que se torna a franca moeda de troca no governo Trump. Logo no início do seu mandato, Trump lançou a ordem executiva *Promoting Free Speech and Religious Liberty* (Exec. Order No.13798, 2017). Na prática, o decreto presidencial não altera os direitos previstos na Primeira Emenda e na jurisprudência consolidada pela Suprema Corte em matéria de liberdade religiosa, mas sinaliza positivamente para o avanço dos interesses da direita cristã em Washington (MATEO, 2020). Mirando no apoio da direita cristã para sua reeleição, Trump volta a publicamente defender a bandeira da liberdade religiosa, anunciando em 16 de janeiro de 2020 a instituição do *National Religious Freedom Day*.

Muitas dimensões sociais são impactadas por decisões federais em matéria de liberdade religiosa, a exemplo da educação, através do *lobby* articulado em defesa da oração ou do ensino religioso nas escolas públicas. O apoio da Casa Branca a esta agenda central para a direita cristã veio através da *guidance letter* do Departamento de Educação (de janeiro 2020), que reforça o direito constitucional à livre expressão religiosa. A questão do “*school choice*” – que garantiria incentivos fiscais para alunos que frequentam escolas religiosas privadas e apoio ao *homeschooling* – contou com o apoio de Trump, que se manifestou favoravelmente ao

projeto de lei *Education Freedom Scholarships and Opportunities Act*”, proposto pelo senador republicano pelo Texas, Ted Cruz. (MATEO, 2020).

No âmbito estadual e local, cabe mencionar o chamado *Project Blitz*, que acumulou um “repertório de projetos de lei” para inspirarem proposições dos legisladores locais nos avanços pela liberdade religiosa. A iniciativa foi articulada pela *Congressional Prayer Caucus Foundation*, que se propõe a defender o livre exercício da tradição e dos valores religiosos judaico-cristãos no espaço público. O *Project Blitz* teria inspirado ao menos 75 projetos de lei propostos em mais de 20 estados desde 2017 (TAYLOR, 2019).

As propostas legislativas, conhecidas como *In God We Trust Bills*, acabam representando a instrumentalização da defesa da liberdade religiosa ao garantir o direito a demonstrações religiosas em locais públicos, o estudo religioso nas escolas, e a legitimação de medidas discriminatórias justificadas por “crença particular”. Este é o caso da “liberdade religiosa” assegurada a comerciantes que se negam a atender a clientes LGBTQ+, ou trabalhadores da área da saúde que não fariam atendimentos visando a interrupção de gravidez (TAYLOR, 2019).

No plano internacional, Trump também sinalizou esforços na defesa da liberdade religiosa. A ordem executiva *Advancing International Religious Freedom* identificou a questão como imperativo moral e interesse de segurança nacional para os EUA, reafirmando o compromisso da *National Security Strategy* de 2017: “os fundadores da nação entendiam a liberdade religiosa não como uma criação do Estado, mas um dom de Deus para cada pessoa e um direito que é fundamental ao florescimento de nossa sociedade” (Exec. Order No. 13926, 2020).

A inserção da liberdade religiosa internacional na política externa dos EUA não é um feito de Trump, pois data do final do governo Clinton. Em grande medida a aprovação do *International Religious Freedom Act* (IRFA), de outubro 1998, se deveu ao lobby da direita cristã, conjuntamente com outros grupos de interesse de direitos humanos. O IRFA deu origem a uma estrutura de monitoramento da perseguição a minorias religiosas e de violações à liberdade religiosa no mundo. Foi constituída, então, a uma comissão no Departamento de Estado, a *United States Commission on International Religious Freedom* (USCIRF), com o objetivo de avançar globalmente a norma da liberdade religiosa, por meio de relatórios anuais sobre o *status* da perseguição a minorias (visando à estratégia *naming and shaming* de constrangimento de violadores), instituindo condicionalidades para elegibilidade de ajuda externa, além de recomendações diplomáticas que incluiriam sanções (MATEO, 2011).

A USCIRF sempre teve em sua diretoria pessoas próximas à direita cristã, sobretudo as nomeadas pela gestão W. Bush. Trump também indicou para a USCIRF diversos ativistas conservadores ligados ao *Family Research Council*, *Focus on the Family*, *Patriot Voices*, para citar os mais conhecidos. Haynes (2020) avalia que a grande mudança na política de liberdade religiosa internacional sob Trump foi o rompimento com uma abordagem multi-religiosa das administrações anteriores, colocando foco mais claro na perseguição de minorias cristãs. De Clinton a Obama, a linguagem e atuação da USCIRF focou numa abordagem pluralista dos direitos humanos. Na administração Trump, capitaneada por burocratas ligados à direita cristã como Sam Brownback, *Ambassador-at-large for International Religious Freedom*, e Tony Perkin, diretor da USCIRF, promoveram a centralização em torno da liberdade e valores cristãos (HAYNES, 2020).

Mike Pompeo, que assumiu o Departamento de Estado no início de 2018, também avançou iniciativas para promoção da liberdade religiosa internacional, notadamente a criação do *Ministerial on Religious Freedom* (2018), da *Commission on Unalienable Rights* (2019), e do *International Religious Freedom Alliance* (2020). Os discursos de Pompeo foram bastante enfáticos na denúncia da perseguição de minorias cristãs no exterior, ou na insuficiência de políticas governamentais de garantia da liberdade religiosa em países estratégicos, como Turquia, Rússia, Irã e principalmente a China (MATEO, 2020).

Em visita diplomática ao Vaticano, em setembro de 2020, o Secretário de Estado denunciou particularmente as minorias perseguidas na China, entre muçulmanos uigures de Xinjiang, budistas do Tibete, além de minorias protestantes e do Falun Gong. Nota-se, assim, que a questão da liberdade religiosa também foi instrumental ao enfrentamento colocado ao governo Pequim durante toda administração Trump. Em diversas ocasiões, Pompeo também acusou a China de manter “campos de concentração” com milhões de perseguidos religiosos. Nota-se, ainda, que os relatórios anuais da USCIRF trouxeram condenações diplomáticas sobretudo aos países de maioria muçulmana, assentando-se de reproches aos aliados como Arábia Saudita e Índia. Destacam-se na lista dos “*countries of special concern*” os países ex-soviéticos da Ásia Central – Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão (MATEO, 2020).

Para Miller (2018), não se trata apenas de uma associação estratégica de quid pro quo, ou da identificação com uma narrativa de declínio e salvação – o apoio dos evangélicos a Trump foi antes, de tudo resultado da própria centralidade do conservadorismo e da lealdade ao GOP na construção identitária do evangélico estadunidense. O apontamento vai além da aliança

simbiótica entre os universos da religião e política, para sugerir que nos Estados Unidos contemporâneos, a ambas esferas estão fundidas no plano identitário.

É notória, nesse sentido, a importância da narrativa do “nacionalismo cristão” empreendida por Trump, a fim de dialogar diretamente com aqueles que expressavam profundo receio quanto às rápidas transformações culturais da sociedade americana. Em discurso durante a corrida presidencial de 2020, Trump se colocou como única opção diante do avanço da esquerda radical cujo objetivo seria “tirar nossas armas, destruir a Segunda Emenda, nenhuma religião, nada, ferir a Bíblia, ferir a Deus” (apud MOLINE, 2020).

O discurso sobre o “declínio da América” ressoa entre os mais religiosos (sobretudo evangélicos) como derivado da corrosão da identidade americana enquanto nação cristã (e branca). Por consequência, o desejo de retomar um “passado glorioso” resumido pelo slogan *Make America great again*. Na narrativa do nacionalismo cristão, a moralidade nos Estados Unidos estaria sob ameaça de forças tanto internas como externas (SCALA, 2020). Trata-se de uma identificação inclusive com a ansiedade diante do aumento de “outsiders” culturais e étnico-religiosos, além do apreço velado pelo discurso misógino e xenofóbico de Trump (BAKER; PERRY; WHITEHEAD, 2020).

A instrumentalização da narrativa nacionalista-cristã não é necessariamente uma inovação de Trump. No passado recente, foi mobilizada como fator de unificação do país diante dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e da deflagração da guerra global ao terror, por vezes enunciada como uma “cruzada entre o bem e o mal” por George W. Bush. Durante o governo Obama, a narrativa também foi amplamente utilizada pelo *Tea Party*, conferindo à Sara Palin grande adesão dos eleitores evangélicos quando concorreu como vice na chapa presidencial de McCain (MATEO, 2016).

De todo modo, Trump conseguiu mais uma vez utilizar o componente nacionalista para ativar o apoio de religiosos conservadores, sinalizando a defesa dos valores cristãos na esfera pública. Por outro, garantiu a proximidade estratégica com a direita religiosa, dando à Suprema Corte contornos permanentes que podem alterar o futuro de diversas políticas sociais, inclusive a questão da liberdade religiosa.

Conclusões

O ponto de partida deste capítulo é o resultado das eleições presidenciais de 2020, que deu a vitória a Biden e explicitou algumas tendências demográficas do voto nos Estados Unidos.

Abordamos, assim, o papel do voto religioso conservador, especialmente do evangélico branco americano, que nos últimos ciclos eleitorais se manteve como base de apoio fundamental do Partido Republicano. Sem esgotar as especificidades do comportamento desse heterogêneo grupo social, verificamos que ao longo dos últimos anos houve uma forte predileção partidária, garantindo porcentagem de votos significativa aos republicanos, a despeito da derrota de Trump nesta última eleição.

Um contraponto a esta lealdade histórica são as próprias mudanças na paisagem religiosa americana. Ou seja, o encolhimento da parcela da sociedade americana que se autodenomina cristã, e particularmente dos adeptos de denominações tradicionais, vis a vis o aumento da parcela que não se identifica com alguma religião, os “nones”. A tendência é mais relevante para as camadas mais jovens da população, indicando um encolhimento progressivo do estrato que divide uma identidade conservadora tanto no plano religioso quanto político.

Outro ponto de reflexão foi a relação particular estabelecida entre Trump e a própria direita cristã. Esta se consolidou, desde os anos 80, como força política relevante na defesa de políticas públicas conservadoras e na articulação dessa mesma base eleitoral religiosa. Parte integral da nova direita americana, a direita cristã se aproximou de Trump, um outsider político que se instalou na Casa Branca em 2017. Múltiplas são as hipóteses levantadas para explicar esta associação nada previsível. De um lado, pode-se refletir sobre como o conservadorismo político (e a fidelidade ao GOP) é o próprio substrato da “experiência identitária” evangélica.

De outro, fica claro o sucesso de Trump na articulação de uma narrativa em torno do nacionalismo cristão, dialogando diretamente com a “ansiedade social” de uma parcela importante da população americana. Ressentidos com as transformações culturais e os avanços políticos liberais, os conservadores aderiram à promessa de “resgate” de uma América gloriosa, construída a partir da moralidade cristã.

Por fim, identifica-se também a disposição de Trump, ao longo do seu mandato presidencial, em “honrar as promessas” feitas à direita cristã em 2016, viabilizando uma guinada conservadora na Suprema Corte dos Estados Unidos. Como exemplo, destacou-se também o comprometimento público com a defesa da liberdade religiosa (nos planos doméstico e internacional), com desdobramentos para políticas públicas como educação, dentre outras.

Ainda que as medidas adotadas pela Casa Branca não tenham alterado antigos compromissos em matéria de liberdade religiosa, abriram caminho para conquistas de lobistas e legisladores sobretudo nos planos estadual e local. Aquelas adotadas pelo Departamento de

Estado, por sua vez, viabilizaram um recrudescimento das relações com países violadores da liberdade religiosa (sobretudo de cristãos), assim como uma guinada conservadora do posicionamento diplomático em fóruns multilaterais no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo.

Referências bibliográficas:

BAKER, Joseph, PERRY, Samuel, WHITEHEAD, Andrew. Keep America Christian (and White): Christian Nationalism, Fear of Ethnoracial Outsiders, and Intention to Vote for Donald Trump in the 2020 Presidential Election. **Sociology of Religion**, v. 81, n. 3, 2020, p. 272–293.

BETTIZA, Gregorio. **Finding Faith in Foreign Policy: Religion and American Diplomacy in a Postmodern World**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

EXECUTIVE ORDER 13798. Promoting Free Speech and Religious Liberty. Federal Register, v.82, n.88, 4 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2017/05/09/2017-09574/promoting-free-speech-and-religious-liberty>. Acesso em: 17/03/2021.

EXECUTIVE ORDER 13926. Advancing International Religious Freedom. Federal Register, v. 85, n. 109, 5 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2020/06/05/2020-12430/advancing-international-religious-freedom>. Acesso em: 17/03/2021.

FEA, John. **Believe Me: The Evangelical Road to Donald Trump**. Grand Rapids: William Eerdmans Publishing Company, 2018.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org). **Uma nação com alma de Igreja: religiosidade e políticas públicas nos EUA**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HAYNES, Jeffrey. Donald Trump, the Christian Right and COVID-19: The Politics of Religious Freedom. **Laws**, v.10, n.6, 2021, p.1-15.

HAYNES, Jeffrey. Trump and the Politics of International Religious Freedom. **Religions**, v.11, n.8, 2020, p.1-20.

JONES, Robert P; COX, Daniel. America's Changing Religious Identity. **Public Religion Research Institute**, 2017. Disponível em: <https://www.prrri.org/research/american-religious-landscape-christian-religiously-unaffiliated/>. Acesso em: 16/03/2021.

MARSDEN, Lee. **For God's sake: the Christian Right and US foreign policy**. New York: Zed Books, 2008.

MARSDEN, Lee. Religion, identity and American power in the age of Obama. **International Politics**, v. 48, 2011, p.326–343.

MARTIN, William. The Christian Right and American Foreign Policy. **Foreign Policy**, n.114, 1999 p.66-80.

MATEO, Luiza Rodrigues. Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos. Dissertação (mestrado), UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2011, p. 142.

MATEO, Luiza Rodrigues. A direita cristã e a política externa dos Estados Unidos. In: Anna Carletti. (Org.). **Religião e Relações Internacionais: dos debates teóricos ao papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá, 2016, p. 227-254.

MATEO, Luiza Rodrigues. Liberdade religiosa para quem? **Informe OPEU**, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2020/11/29/liberdade-religiosa-para-quem/>. Acesso em 17/03/2021.

MEAD, Walter R. País de Deus? **Política Externa**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2007, p. 103-130.

MILLER, Daniel D. The mystery of evangelical Trump support? **Constellations**, v. 26, n.1, 2019, p.43-58.

MOLINE, Jack. Trump says Biden will 'hurt God' but such 2020 posturing really hurts religious Americans. **NBC**, 10 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/think/opinion/trump-says-biden-will-hurt-god-such-2020-posturing-really-ncna1236298>. Acesso em: 17/03/2021.

NEWPORT, Frank. Religious Group Voting and the 2020 Election. **Gallup**, 13 de novembro de 2020. Disponível em: <https://news.gallup.com/opinion/polling-matters/324410/religious-group-voting-2020-election.aspx>. Acesso em: 16/03/2021.

PEW RESEARCH CENTER. In US, Decline of Christianity Continues at Rapid Pace: An update on America's changing religious landscape, 17 de outubro de 2019. Disponível em:

<https://www.pewforum.org/2019/10/17/in-u-s-decline-of-christianity-continues-at-rapid-pace/>. Acesso em: 16/03/2021.

RUBIN, Jeniffer. What the election tells us about religion in America. **The Washington Post**, 20 de novembro de 2020. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/11/12/what-election-tells-us-about-religion-america/>. Acesso em: 16/03/2021.

SCALA, Dante J. The Skeptical Faithful: How Trump Gained Momentum among Evangelicals. **Presidential Studies Quarterly**, v.50, n.4, 2020, p. 927-947.

SMITH, Gregory A. White Christians continue to favor Trump over Biden, but support has slipped. **The Pew Forum on Religion & Public Life**, 13 de outubro de 2020. Disponível em:

<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2020/10/13/white-christians-continue-to-favor-trump-over-biden-but-support-has-slipped/>. Acesso em: 16/03/2021.

TAYLOR, David. ‘In God We Trust’: the bills Christian nationalists hope will ‘protect religious freedom’. **The Guardian**, 14 de janeiro de 2019. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/us-news/2019/jan/14/christian-nationalists-bills-religious-freedom-project-blitz>. Acesso em: 17/03/2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. Much Hope, Modest Change for Democrats, 11 de agosto de 2010. Disponível em:

<https://www.pewforum.org/2010/08/11/much-hope-modest-change-for-democrats-religion-in-the-2008-presidential-election/>. Acesso em: 15/03/2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. **How the faithful voted:** preliminary analysis, 5 de novembro de 2012. Disponível em:

<https://www.pewforum.org/2014/11/05/how-the-faithful-voted-2014-preliminary-analysis/>. Acesso em: 15/03/2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. **Faith on the hill:** the religious composition of the 114th Congress, 5 de janeiro de 2014. Disponível em:

<https://www.pewforum.org/2015/01/05/faith-on-the-hill/>. Acesso em: 15/03/2021.

THE PEW FORUM ON RELIGION & PUBLIC LIFE. **An examination of the 2016 electorate**, 9 de Agosto de 2018. Disponível em:

<https://www.pewresearch.org/politics/2018/08/09/an-examination-of-the-2016-electorate-based-on-validated-voters/#religious-affiliation-and-attendance>. Acesso em: 16/03/2021.

WILLIAMS, Daniel K. **God's own party**: the making of the Christian Right. New York:
Oxford University Press, 2010.